

**TEMPO
DE
CORAGEM**

**MOÇÃO DE
ORIENTAÇÃO
POLÍTICA
GLOBAL**

FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PORTO

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA GLOBAL

CANDIDATO

Nuno Araújo

COORDENADOR

Miguel Rodrigues

RELATORES

Ana Medeiros

Catarina Lobo

Maria João Castro

Jorge Monteiro

Jorge Miguel Pacheco

Pedro Couto

Tiago Araújo

Com contributos adicionais recolhidos de todas as sessões de apresentação concelhias e das secções setoriais.



01 UM TEMPO DE CORAGEM5

02 UMA ECONOMIA QUE VALORIZA QUEM TRABALHA

- 2.1. Estimular a transformação económica: agendas mobilizadoras regionais7
- 2.2. Financiar o investimento público e as infraestruturas de longo prazo8
- 2.3. Valorizar o capital humano9
- 2.4. Ligar os centros de transferência tecnológica ao tecido produtivo10

03 UM TERRITÓRIO QUE SE GOVERNA

- 3.1. Eleger as direções das CCDR em simultâneo com as autarquias.....11
- 3.2. Concentrar semanas parlamentares e Jornadas Distritais.....12
- 3.3. Aprovar a regionalização12

04 UMA DEMOCRACIA QUE SE DEFENDE

- 4.1. Combater a extrema-direita e todas as formas de discriminação14

4.2. Promover uma sociedade aberta e inclusiva às comunidades migrantes	15
4.3. Reforçar a supervisão para fortalecer a democracia	15
4.4. Afirmar a Igualdade de género como pilar da democracia	15

05 UMA SOCIEDADE COM CASA

Habitar com Dignidade	17
5.1. Construir habitação pública e cooperativa intermunicipal	18
5.2. Regular o mercado e aumentar a oferta	18
5.3. Atrair Investimento institucional e integrar o planeamento do território	19
5.4. Habitar ao longo da vida: uma política geracional	20
Cuidar com Proximidade	21
5.5. Consolidar o modelo de Unidades Locais de Saúde	21
5.6. Promover a saúde digital ao serviço do SNS	22
5.7. Defender a Saúde e prevenir a doença	22
Educar toda a Vida	24
5.8. Garantir o direito a aprender	25
5.9. Qualificar para o território e ao longo da vida	26
5.10. Descentralizar com justiça, enriquecer o Ensino Superior	27
Criar, Participar e Pertencer	28
5.11. Descentralizar a cultura e criar uma rede partilhada	28
5.12. Fixar jovens criadores e indústrias criativas	29
5.13. Valorizar a memória e apostar no futuro: património	29
5.14. Apostar no turismo cultural sustentável, de qualidade e descentralizado	30

06 UM DISTRITO LIGADO

Mobilidade e Infraestruturas	32
6.1. (Re)lançar a Ferrovia: a espinha dorsal do território	32
6.2. Consolidar e expandir o Metro do Porto	33
6.3. Cumprir com o território, melhorar a Rodovia	33
6.4. Estabelecer uma governança comum: reforço, intermodalidade e sustentabilidade	33
Um Distrito Sustentável	34
6.5. Acelerar a transição energética como política industrial	34
6.6. Construir com eficiência e combater a pobreza energética	35
6.7. Promover a resiliência territorial e a economia circular	35

07 UM PARTIDO QUE SE RENOVA

7.1. Formar com memória	37
7.2. Articular o Partido para a coerência de políticas públicas	37
7.3. Abrir as portas do PS	38
7.4. Comunicar como competência estratégica	38
7.5. Inovar com tecnologia e participação digital	39
7.6. Preparar os programas e estruturas do futuro	39
7.7. Ambicionar mais e planear os próximos ciclos eleitorais	40
7.8. Afirmar o país a partir do território	40

Caras e caros camaradas, amigas e amigos socialistas,

A política não é a gestão do presente. É o compromisso com o futuro. E o futuro constrói-se com coragem. É essa a palavra que dá nome a esta candidatura e que percorre cada página da moção que vos apresento, porque sem coragem não há reforma que avance, não há desigualdade que se combata e não há território que se levante.

Apresento-me a este desafio com um sentido de responsabilidade que não nasce dos manuais de política. Nasce de uma terra pequena, onde aprendi o valor da proximidade. Nasce de ter sido emigrante ainda criança, de ter percebido cedo o que é começar do zero e o que significa querer voltar e nem sempre conseguir. Nasce da formação como engenheiro, que me ensinou a não ignorar um problema, mas a desmontá-lo, simplificá-lo e resolvê-lo. É assim que entendo a política, não como exercício de retórica, mas como exercício de resolução de problemas. Proximidade para ouvir e aprender, exigência para decidir, ação e ambição para resolver.

Não me apresento por aquilo que já fizemos, pelas vitórias ou sequer pelas derrotas. Apresento-me por aquilo que ainda não fizemos. Estes dois anos foram intensos, marcados por três atos eleitorais com os quais não contávamos. Fizemos muito. Reforçámos o partido, aproximámos pessoas, demos mais voz aos militantes. Mas também falhámos.

Nem sempre nos mobilizámos como queríamos, nem sempre unimos como devíamos, nem sempre chegámos onde ambicionávamos. Aprendi, dentro e fora da política, que só quem assume as suas falhas é capaz de evoluir, e que essa coerência é a base da confiança das pessoas em quem as representa. Na política, como na vida, só é derrotado quem desiste de lutar. E um socialista não desiste.

O distrito que queremos servir enfrenta desafios que conhecemos bem. Portugal continua inclinado a sul, com as decisões, o investimento e o poder concentrados longe de nós, penalizando o nosso território e limitando o seu crescimento. Mas há também problemas que são nossos e que temos a coragem de apontar. Falta, em alguns dos nossos maiores municípios, a visão e a liderança metropolitana que a região exige. Decisões com impacto sobre toda a Área Metropolitana continuam a ser tomadas isoladamente, sem diálogo nem concertação, como se o território não funcionasse como um todo. E quando falta coordenação, perdemos todos.

A esta realidade respondemos com propostas concretas, que os capítulos seguintes desenvolvem. Não há qualidade de vida sem salário digno, e não há salário digno sem uma economia forte, mais industrializada, mais inovadora, capaz de ligar o conhecimento às empresas e de valorizar quem trabalha. Quando a economia falha e os salários não chegam,

abre-se espaço para quem vive do medo, da divisão e das falsas soluções. É por isso que o combate à extrema-direita não se faz no seu terreno nem nos seus termos, mas com resultados, com valores e com a defesa intransigente do Estado de direito democrático. Uma democracia não aceita medo, nem discriminação, nem ódio.

Defendemos, também, aquilo que há décadas está por fazer. A regionalização é a mais adiada e a mais necessária das reformas, a trave-mestra sobre a qual muitas das propostas desta moção poderão ganhar vida. Não há verdadeiro reformismo em Portugal sem a coragem de dar voz às regiões. Por isso avançamos sem receios, com propostas que vão da eleição direta das direções das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional ao desbloqueio constitucional da regionalização, porque quem quer mudança tem de saber dar o exemplo.

Continuamos a ser a maior federação distrital do país, e encaramos essa distinção como uma grande responsabilidade perante todos. A direita falhou com o país, mas falhou ainda mais com o Norte e com o distrito do Porto, com quem mais precisa da coesão social e territorial que gera o sentido de pertença e de comunidade. O nosso trabalho enquanto Federação é, por isso, mais necessário do que nunca.

Este projeto renova-se a partir de hoje, com o contributo de cada militante, de cada simpatizante e de cada cidadão que queira participar. Se o talento já existe, se a visão está definida, então é tempo de coragem.

Não desistimos do Porto. Não desistimos das pessoas. Não desistimos dos valores e dos ideais do Partido Socialista.

Por Amarante, por Baião e pelo Marco de Canaveses. Por Paredes, por Penafiel e por Paços de Ferreira. Por Lousada e por Felgueiras. Por Vila do Conde e pela Póvoa de Varzim. Por Santo Tirso, por Valongo e pela Trofa. Por Matosinhos, por Gondomar e pela Maia. Por Vila Nova de Gaia e pelo Porto.

Este é o nosso Tempo de Coragem.

O distrito do Porto não precisa de retórica sobre o futuro, precisa de escolhas concretas sobre a economia que quer ter. A região tem universidades de referência, *clusters* industriais com décadas de história e uma geração de trabalhadores qualificados que continua a sair porque os salários não acompanham as competências. Este é o diagnóstico que o Partido Socialista recusa ignorar: não há coesão social sem crescimento económico e não há crescimento sustentado sem qualificação do tecido produtivo. A questão não é se o mercado resolverá tudo, é como a política pública pode acelerar a transformação que o mercado, sozinho, não teve capacidade para fazer.

O modelo que defendemos é simples na lógica, mas exigente na execução. Especialização em setores de maior valor acrescentado, energias renováveis que possibilitem a industrialização, incorporação e presença digital ao serviço da economia, empresas com escala, identidade e capitalização, com instrumentos financeiros que não dependam exclusivamente dos ciclos eleitorais nem dos calendários de programação europeia.

Por fim, reverter tudo isto em benefício de quem trabalha. Os salários no distrito não sobem por decreto, sobem quando as empresas produzem mais por cada hora trabalhada e a concertação social e os sindicatos funcionam na distribuição dos dividendos do trabalho. Isso exige ligar a investigação às pequenas e médias empresas (PME), de Vila Nova de Gaia a Baião, canalizando doutorados e mestres em empresas que nunca os tiveram. Não temos ilusões sobre a velocidade desta transformação. Temos, isso sim, a convicção de que sem ela o discurso sobre salários dignos e coesão social não sairá do papel.

2.1. Estimular a transformação económica: agendas mobilizadoras regionais

Consideramos necessária a continuação do trajeto de valorização do tecido económico do distrito do Porto, com especialização empresarial em setores de maior valor acrescentado, capazes de fixar recursos humanos diferenciados, pagando melhores salários e contribuindo para um perfil de exportações com maior incorporação tecnológica. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) demonstrou a necessidade de atingir massa crítica e agregar agentes económicos para mobilizar investimento estrutural em Portugal. As agendas mobilizadoras financiaram projetos que nenhuma empresa ou município conseguiria executar isoladamente, precisamente porque condicionaram o financiamento à cooperação entre universidades, empresas e entidades públicas em torno de objetivos comuns.

A Federação Distrital do Porto defende que sejam criadas agendas regionais para a modernização económica e coesão territorial, implementadas através de um instrumento com dotação financeira específica, com foco regional no desenho do próximo quadro comunitário

e com critério de coesão territorial explícito. Assim, os consórcios candidatos seriam avaliados não apenas pela viabilidade técnica e económica, mas pelo impacto nos concelhos com menor PIB *per capita* e nível de qualificação. No distrito do Porto, o Tâmega e Sousa tem de assegurar peso real na distribuição dos fundos e não apenas nas declarações de intenção. Os setores prioritários para estas agendas são aqueles onde a ligação entre investigação e tecido produtivo tem maior potencial de crescimento, onde o distrito detém capacidade instalada mas onde a transferência de conhecimento para as empresas permanece insuficiente e a retenção de recursos humanos qualificados não está a ser aproveitada. Como exemplos, defenderemos a aposta nas indústrias ligadas às energias renováveis, como a eólica, o *cluster* do mar, a agricultura de 2.^a geração, a valorização da floresta, o turismo sustentável e desconcentrado ou os *clusters* de têxtil e calçado.



2.2. Financiar o investimento público e as infraestruturas de longo prazo

Os municípios portugueses enfrentam constrangimentos financeiros decorrentes da sua estrutura de financiamento: a Lei das Finanças Locais limita o endividamento municipal e a dependência de transferências do Estado central e de subvenções europeias implica que o investimento estrutural fique permanentemente sujeito aos ciclos políticos e aos calendários de programação europeia. Quando os fundos cessam, o investimento interrompe-se. Este modelo não serve o nosso território, onde as necessidades de investimento em infraestruturas e em capacidade produtiva são permanentes e estruturais, não cíclicas.

O modelo proposto pela Federação é o da criação de um veículo de reinvestimento intermunicipal de adesão voluntária, ancorado institucionalmente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), com participação da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa e da Área Metropolitana do Porto (AMP), capitalizado por fundos nacionais e europeus do próximo quadro comunitário e aberto a investimento institucional privado. O veículo providenciaria financiamento em condições vantajosas que nenhum município conseguiria individualmente, porque o *rating* de crédito é do consórcio e não de cada autarquia. Estes fundos permitiriam a execução de projetos de infraestruturas, da modernização e expansão da rede urbana de comboios à Linha de Leixões, à reativação da Linha do Tâmega e à criação de uma nova linha ferroviária no Vale do Sousa. Este veículo poderia igualmente contar com o apoio, no desenho e avaliação dos projetos, de instituições como o Banco Português de Fomento ou o Banco Europeu de Investimento.

Para que este instrumento seja operacional em Portugal, a Federação do PS Porto compromete-se a apresentar ao grupo parlamentar do PS as propostas legislativas necessárias à sua viabilização.

A Federação do Porto continuará ainda a defender a dotação, por parte do Orçamento do Estado, para o investimento em infraestruturas estratégicas essenciais ao desenvolvimento económico da região e à sua ligação ao mundo: o Porto de Leixões, vital para as exportações e a internacionalização, que exige modernização contínua; a rede ferroviária de alta velocidade, com prioridade à modernização das ligações Porto-Lisboa e Porto-Vigo, reduzindo tempos de viagem e fortalecendo a ligação à Galiza; o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, com investimentos focados em aumentar a capacidade para funcionar como *hub* regional do noroeste peninsular; e os estabelecimentos de produção de conhecimento, como o INEGI e o i3S, que arrastam toda uma cadeia de inovação em engenharia e saúde.

2.3. Valorizar o capital humano

O distrito do Porto deve afirmar-se como referência nacional na qualificação profissional e na retenção e valorização do talento. Por isso, propomos reforçar a educação e a formação profissional como prioridades estratégicas. Defendemos uma oferta formativa mais articulada com o tecido empresarial e orientada para os setores tecnológicos, industriais e de elevada especialização que hoje determinam a competitividade e o crescimento do território. Apostamos numa ligação mais estreita entre escolas, centros de formação e empresas, em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI) e programas como o Erasmus+ e o InovContacto, promovendo estágios, experiências internacionais e melhores condições de integração no mercado de trabalho. Seremos particularmente exigentes na defesa dos concelhos com maiores dificuldades no emprego, reforçando as políticas de requalificação e assegurando que ninguém fica para trás por falta de acesso à mobilidade, à formação ou às oportunidades decorrentes da digitalização da economia.

Com foco na especialização e nos segmentos de inovação e diferenciação das empresas do distrito, recordamos que um dos instrumentos mais eficazes criados pelo PS para aproximar o sistema científico do tecido empresarial foi o programa de contratação de doutorados em empresas, que permite às PME acederem a financiamento público para contratar investigadores com formação avançada. A proposta da Federação é criar, em articulação com os estabelecimentos de ensino superior com presença no distrito e as associações empresariais, um programa específico de doutorados para as PME, com uma escala mínima de prazo e volume suficientes para gerar verdadeira mudança. Este programa teria uma quota reservada para empresas sediadas nos concelhos com menor intensidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Também no domínio da Administração Pública defenderemos a criação e o reforço de polos regionais do Instituto Nacional de Administração (INA) para a formação em liderança e

inovação pública, com edições presenciais regulares fora de Lisboa e programas adaptados aos problemas concretos de cada território.

Reforçaremos ainda a transparência, com a publicação dos dados resultantes da transposição para Portugal da diretiva europeia de transparência salarial, divulgando-os à escala distrital e criando um observatório salarial que funcione simultaneamente como instrumento de negociação coletiva e como mecanismo de pressão pública sobre as empresas que mais se afastem da convergência. Esta medida estimulará a criação de pactos setoriais distritais de convergência salarial, negociados entre as associações empresariais do distrito e as estruturas sindicais regionais da União Geral de Trabalhadores (UGT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).

2.4. Ligar os centros de transferência tecnológica ao tecido produtivo

O distrito do Porto encerra um paradoxo: possui alguns dos melhores centros de investigação aplicada da Península Ibérica e tem PME nos setores tradicionais que nunca estabeleceram contacto com nenhum deles. O INEGI desenvolve investigação de referência em engenharia mecânica e materiais. As empresas de metalomecânica de Penafiel e do Marco de Canaveses adquirem, por vezes, tecnologia a fornecedores italianos e alemães que, por sua vez, incorporam investigação produzida no distrito. Esta desconexão constitui um falhanço da política industrial que nenhum governo resolveu, porque exige intervenção à escala sub-regional, precisamente onde o Estado central é mais limitado.

A proposta da Federação do Porto visa criar um programa de laboratórios para a capacitação empresarial, com a colaboração das instituições de investigação e desenvolvimento de referência da região e com dotação financeira específica, num cheque-inovação, para que, à semelhança do programa de colocação de doutorados, as empresas possam aceder a estes centros de excelência. Em colaboração com estes, podem ainda desenvolver-se estruturas específicas: um laboratório de automação partilhado onde as PME locais testem soluções de robótica e digitalização de processos antes de investir, com apoio técnico de engenheiros de processo; serviços de *design* e identidade de produto que permitam a subida na cadeia de valor; e programas de certificação para a exportação.

Volvidos dois anos da governação da direita, o país passou a governar-se como se o território fosse uma mancha uniforme. As decisões que determinam o futuro de todos continuam a ser tomadas em circuitos fechados, por estruturas que não têm sabido responder aos anseios das populações.

O distrito do Porto conhece bem este dilema, contendo a segunda maior concentração de população e de atividade económica do país, mas vendo as decisões sobre a sua mobilidade, o seu ordenamento territorial e o seu desenvolvimento tomadas sem auscultação. A escala certa para resolver muitos dos problemas que esta moção identifica não é nacional, nem tampouco municipal, mas sim regional. Uma escala que pode ter hoje mais fundos, mas continua sem instrumentos políticos ou legitimidade democrática.

A Federação Distrital do Porto deve recusar veementemente este estado de coisas. A reforma da governação territorial não é uma questão técnica ou administrativa, é uma questão política de primeira ordem. O PS tem a responsabilidade histórica de liderar esta reforma, tendo já dado passos concretos com a descentralização de competências no passado recente. As propostas que se seguem articulam-se em três níveis: a legitimação democrática das estruturas regionais existentes, a reforma do funcionamento parlamentar para aproximar os eleitos dos territórios, e o desbloqueio da regionalização que a Constituição consagra mas que décadas de inércia e de um referendo mal preparado deixaram por concretizar.



3.1. Eleger as direções das CCDR em simultâneo com as autarquias

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) gerem anualmente centenas de milhões de euros de fundos comunitários e adotam decisões com impacto direto na vida de milhões de pessoas no Norte de Portugal. Apesar disso, os seus dirigentes são nomeados pelo Governo ou eleitos pelas Assembleias Municipais, sem escrutínio democrático continuado por parte das populações que servem. Trata-se de uma anomalia que Portugal perpetua enquanto a maioria dos países europeus com estruturas regionais equivalentes adotou formas de legitimação eleitoral há várias décadas.

A Federação defende o sufrágio universal direto para o Presidente e os Vice-Presidentes da CCDR-N, em simultâneo com as autárquicas. A simultaneidade não é um detalhe técnico, mas uma escolha que insere a governação regional no mesmo ciclo democrático que a governação municipal. Este modelo vai além da proposta de colégio eleitoral que o PS tem defendido até à data, porque apenas o mandato popular confere a legitimidade necessária para que a

CCDR-N exerça as suas competências com autoridade política real e não meramente administrativa.

Esta proposta exige a revisão da orgânica das CCDR e a adaptação da legislação eleitoral. O argumento político é inequívoco: a eleição direta das CCDR não substitui a regionalização. Prepara-a, instituindo o hábito democrático e construindo a legitimidade institucional que cinco décadas de nomeações nunca conseguiram edificar.



3.2. Concentrar semanas parlamentares e Jornadas Distritais

O modelo de funcionamento da Assembleia da República distribui as semanas parlamentares de forma uniforme ao longo do ano, mantendo os deputados permanentemente divididos entre Lisboa e os seus territórios, sem disponibilidade suficiente para trabalho efetivo junto das comunidades que representam. A presença no terreno torna-se complexa, limitada a fins de semana e a eventos pontuais, com a ligação entre os deputados eleitos pelo Porto e os cidadãos que os elegeram a tornar-se crescentemente formal e menos substantiva.

O Parlamento Europeu, por exemplo, funciona segundo uma lógica diferente, com sessões plenárias concentradas em blocos específicos do calendário que libertam os eurodeputados para semanas completas nos seus territórios. A Federação propõe que o PS apresente uma iniciativa de revisão do Regimento da Assembleia da República que concentre os plenários em blocos mensais, libertando pelo menos uma semana por mês para trabalho no território. Não se trata de reduzir o trabalho parlamentar, mas de o reorganizar de forma a torná-lo mais eficaz e mais articulado com o país real.

O mecanismo de prestação de contas poderia igualmente reorganizar-se, promovendo momentos específicos com todos os deputados eleitos pelo círculo do Porto reunidos em concelhos do distrito para sessões públicas de balanço com militantes, autarcas e cidadãos.



3.3. Aprovar a regionalização

A regionalização é a reforma do Estado mais adiada da democracia portuguesa. Está inscrita na Constituição desde 1976, foi prometida por governos de diversas orientações políticas e o único referendo realizado, em 1998, foi perdido em circunstâncias que o PS raramente analisou com a honestidade que o tema exige.

Nesse sentido, e sendo inoportuna uma revisão constitucional, ainda que esta pareça inevitável à luz dos novos arranjos à direita, o PS não deve ter medo da vontade popular, volvidos tantos anos do domínio intelectual do centralismo que atrasa o país. A regionalização é a trave-mestra sobre a qual muitas das propostas vertidas nesta moção poderão ver a luz do dia. Por isso, devemos avançar sem receio.

Exige-se, para quem defende a regionalização, clareza no propósito e na análise. Se se confirmar um processo de revisão constitucional, o PS deverá pelo menos fazer todos os esforços para desarmadilhar a Constituição do «duplo referendo» que impedirá, salvo circunstâncias excepcionais, qualquer esforço sério de regionalização.

A história demonstra-nos que a democracia e os direitos humanos não são uma conquista definitiva. Todas as gerações são chamadas a fazer a luta pelo seu aprofundamento e consolidação. Esta defesa exige vigilância, participação e compromisso permanente com os valores que lhe deram origem: a liberdade, a igualdade, a justiça social e a dignidade da pessoa humana. Vivemos tempos em que esses valores estão sob ataque por parte de forças e movimentos extremistas ligados a uma direita radical, reacionária e violenta, que dissemina o discurso de ódio e a desinformação. Assistimos ao enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas e, por isso, defender o Estado de direito democrático é uma tarefa que exige coragem, a palavra que define esta candidatura.

O distrito do Porto tem uma longa tradição de pluralismo, participação cívica e abertura ao mundo. É um território construído pela diversidade das suas comunidades, pelo contributo de diferentes gerações de migrantes e pela afirmação dos direitos sociais e laborais. É essa herança democrática que queremos preservar e reforçar.

4.1. Combater a extrema-direita e todas as formas de discriminação

O crescimento de discursos extremistas, xenófobos, racistas e antidemocráticos constitui uma ameaça direta aos valores fundamentais da República. O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com uma sociedade livre, assente no respeito pela diferença e na igualdade de oportunidades.

Existe uma tentação recorrente de responder à extrema-direita no seu próprio terreno, aceitando os seus enquadramentos e debatendo nos seus termos. Esta tentação é compreensível, mas politicamente contraproducente. A posição da Federação Distrital do Porto é diferente: não aceitamos debater retrocessos nas conquistas democráticas consolidadas, mas debateremos sempre na sua defesa e, principalmente, no seu avanço.

Ao nível do distrito, e com responsabilidade acrescida nas autarquias em que somos poder, propomos reforçar os programas de educação para a cidadania democrática, os direitos humanos e a literacia mediática nas escolas do distrito. As iniciativas locais de prevenção do discurso de ódio, da radicalização e da discriminação merecem apoio sistemático, com particular atenção às formas de discriminação dirigidas às mulheres, à comunidade LGBTQIA+ e às comunidades migrantes, promovendo o diálogo de um partido que não quer ninguém deixado para trás. A promoção de projetos culturais e comunitários que valorizem a diversidade e o diálogo intercultural, bem como o reforço da cooperação entre autarquias e associações, são instrumentos concretos desta agenda.

4.2. Promover uma sociedade aberta e inclusiva às comunidades migrantes

O distrito do Porto regista uma presença crescente de comunidades migrantes, em particular na Área Metropolitana, que contribuem de forma determinante para setores como a construção, a restauração, a logística e os cuidados de saúde. Essa contribuição é reconhecida quando é conveniente, mas por vezes ignorada quando falamos de integração. A xenofobia que a extrema-direita alimenta prospera exatamente neste hiato entre o discurso do acolhimento e a realidade da exclusão.

A Federação propõe um plano distrital de integração de migrantes com dois eixos concretos. O primeiro é a criação de aulas de português para adultos migrantes nas escolas dos concelhos do distrito, em parceria com as autarquias e com as juntas de freguesia, aproveitando a infraestrutura escolar existente fora do horário letivo. O acesso à língua é a condição de tudo o resto: do acesso aos serviços públicos, do acesso ao mercado de trabalho em condições dignas, da participação cívica e da integração social. É também a medida com maior retorno por euro investido de entre todas as políticas de integração conhecidas. O segundo eixo é a abertura das estruturas do PS do Porto à participação ativa de imigrantes, não como destinatários de políticas, mas como membros com voz nas decisões. Um partido que defende a integração tem de a praticar internamente.

4.3. Reforçar a supervisão para fortalecer a democracia

Uma democracia incapaz de distinguir informação de manipulação organizada fica progressivamente impossibilitada de adotar decisões coletivas informadas. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) foi criada para um ecossistema mediático que já não existe: o seu mandato foi concebido para a televisão, a rádio e a imprensa escrita, numa época em que as principais ameaças à qualidade da informação eram outras. Estas subsistem, mas foram amplamente ultrapassadas em escala e impacto pela desinformação que circula nas redes sociais.

A Federação assume como posição política a defesa de uma revisão do mandato da ERC que lhe confira competências explícitas de monitorização da desinformação *online*, recursos humanos e técnicos adequados, bem como poderes de articulação com as plataformas digitais no quadro do *Digital Services Act* europeu. Esta é uma proposta de regulação proporcional de um ecossistema que hoje funciona sem supervisão efetiva. A libertação e um quadro regulamentar para os *media* foram uma conquista da democracia portuguesa após o 25 de Abril. Atualizá-lo para o século XXI é continuar esse trabalho, não contrariá-lo.

4.4. Afirmar a Igualdade de género como pilar da democracia

A igualdade entre mulheres e homens continua a ser uma tarefa inacabada. Persistem desigualdades salariais, obstáculos à progressão profissional e fenómenos de violência de género que exigem respostas determinadas. A violência doméstica e a violência sexual estão entre os tipos de criminalidade com aumentos mais notórios nos últimos anos e não podem continuar a ser tratadas como tema secundário.

As autarquias socialistas do distrito têm de dar o exemplo: no reforço do combate à violência doméstica e à violência de género, na promoção da igualdade salarial e da conciliação entre a vida profissional e familiar, e no apoio a programas de educação para a igualdade desde os primeiros níveis de ensino. Além disso, o PS deve exercer toda a sua influência junto dos restantes órgãos de soberania para a manutenção desta prioridade para o distrito e para o país.

05 UMA SOCIEDADE COM CASA

Uma sociedade justa começa por conquistas aparentemente simples, a base das quais é a possibilidade de cada pessoa viver com dignidade no lugar em que deseja realizar o seu projeto de vida. Desse prisma, uma casa não se circunscreve ao seu edificado material, concretizando antes a possibilidade de ficar no território onde se construiu vida, família, trabalho e memória. Da mesma forma, as demais condições de realização parecem simples, à primeira vista, começando por uma escola de proximidade, cuidados de saúde acessíveis e meios de transporte que liguem oportunidades, cidadania e cultura.

No distrito do Porto, estes desafios acumulam-se e cruzam-se. A crise da habitação já não atinge apenas os mais vulneráveis, condiciona jovens e idosos, estudantes e trabalhadores e a todos os seus projetos pessoais. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrenta o envelhecimento, a doença crónica e a sobrecarga dos profissionais. A Escola Pública é chamada a responder a uma sociedade mais diversa e exigente. A cultura continua demasiado concentrada nos centros com maior capacidade, deixando muitos territórios sem acesso regular à criação e à participação. É com essa consciência que organizamos as propostas que se seguem.

Habitar com Dignidade

A liberdade efetiva não existe quando pilares fundamentais da democracia ficam condicionados a quem os pode pagar. A habitação é hoje uma das maiores barreiras sociais e económicas do nosso tempo, no Porto e em toda a Europa. Sem casa digna não há autonomia, estabilidade familiar, projeto de vida ou verdadeira igualdade. No distrito do Porto, a crise habitacional tem rostos diferentes. Nos centros urbanos mais pressionados, empurra jovens, estudantes, famílias, trabalhadores essenciais e idosos para longe dos lugares onde cresceram ou trabalham. Noutros concelhos, manifesta-se na falta de oferta acessível, em preços proibitivos face aos salários praticados, na degradação do edificado e na dificuldade em fixar população.

A resposta socialista parte de uma convicção que distingue a nossa abordagem da que tem dominado o debate público: não se resolve o problema da habitação movendo um dos pratos da balança isoladamente, seja este o da oferta ou da procura. Quem o tentou na última década, de Berlim a Barcelona, descobriu-o com custos para as suas populações. A regulação é necessária e desejável, mas funcionará melhor quando assentar numa base de habitação

pública com escala suficiente para disciplinar o mercado. É essa base que falta em Portugal, e é a sua construção que organiza as propostas seguintes.



5.1. Construir habitação pública e cooperativa intermunicipal

A experiência de Viena, uma das cidades com mais habitação pública do mundo, traz clareza quanto ao caminho: metade da população reside em habitação social ou subsidiada, e as rendas no setor privado são mais moderadas, não porque estão tabeladas, mas porque qualquer proprietário compete com uma alternativa pública de qualidade acessível à maioria dos escalões de rendimentos. Quando existe uma opção pública credível e em quantidade suficiente, o mercado privado não pode praticar preços arbitrários. É este mecanismo que falta em Portugal e que todos os modelos de regulação de preços sem oferta pública suficiente se mostram incapazes de substituir.

A Federação defenderá a criação de um programa intermunicipal de habitação pública e cooperativa, financiado pelo veículo de investimento intermunicipal ancorado na CCDR-N proposto anteriormente, com uma meta de *stock* definida e um horizonte de dez anos. Os municípios do distrito poderão avançar com terrenos públicos em direito de superfície, com gestão partilhada entre as autarquias e cooperativas de habitação constituídas para o efeito. O modelo cooperativo é deliberadamente privilegiado em relação à propriedade municipal pura, porque distribui a responsabilidade de gestão, cria sentido de pertença e é menos vulnerável às oscilações políticas de cada ciclo autárquico.

A meta de *stock* não deverá, por isso, ser um número arbitrário. Deve ser calculada com base na taxa de esforço atual das famílias do distrito e no défice de oferta acessível identificado nas Estratégias Locais de Habitação de cada município. O compromisso político da Federação é que esse cálculo seja realizado, publicado e transformado em obrigação de resultado. Um programa sem meta é uma declaração de intenções. Um programa com meta, calendário, financiamento e avaliação pública é uma política que podemos comunicar e aplicar.



5.2. Regular o mercado e aumentar a oferta

A regulação só protege quem procura casa se for desenhada com inteligência e aplicada de forma coordenada. A experiência da Catalunha é instrutiva. Desde a introdução do controlo de rendas no início de 2024, os preços nos contratos regulados desceram de forma modesta, mas o número de contratos de arrendamento de longa duração caiu cerca de 20%, à medida que muitos senhorios se deslocaram para o arrendamento de curta duração para contornar a lei. Os beneficiários foram os inquilinos já instalados e os candidatos com melhores perfis; os mais penalizados foram os jovens e os recém-chegados ao mercado.

A Federação defende que os municípios do distrito adotem, conjuntamente, uma política de limitação do alojamento local em zonas de mercado saturado. A coordenação é essencial, porque uma política isolada num concelho transfere o problema para o concelho ou freguesia seguintes. O modelo assenta em três instrumentos: um limite ao número de licenças por freguesia, calculado em função do rácio entre habitação turística e habitação permanente; a não renovação automática das licenças em zonas onde esse rácio é ultrapassado; e uma taxa municipal sobre o alojamento local cujo produto reverte integralmente para o fundo de habitação acessível de cada município. O argumento não é contra o turismo, mas contra a conversão de habitação permanente em produto turístico onde a pressão sobre a habitação é severa.

Quanto às rendas, defendemos uma regulação de segunda geração que combine o índice de referência com oferta pública, em vez de um teto de preços sobre um mercado privado exclusivo. O índice de referência por zona e tipologia, construído com dados reais e atualizado anualmente, serviria de base a duas regras distintas. Para os grandes senhorios, definidos por um número mínimo de frações detidas, as rendas em novos contratos não deveriam exceder o índice nas zonas declaradas de mercado saturado. Para os senhorios individuais com menos frações, o índice funcionaria como referência pública e não como limite obrigatório, de modo a não retirar do mercado a oferta privada mais pequena e mais sensível à regulação. Esta abordagem distingue-se deliberadamente do que outros partidos têm proposto, não por ser mais moderada, mas por ser tecnicamente mais eficaz, fechando fugas, diferenciando tipologias de proprietários e conjugada com a oferta pública que esta moção propõe construir.



5.3. Atrair Investimento institucional e integrar o planeamento do território

Portugal tem apresentado dificuldades na atração de investimento não-especulativo em habitação. Fundos de pensões, gestores de infraestruturas e operadores de habitação a rendas acessíveis de longa duração procuram o oposto do que o mercado português tem oferecido: estabilidade legislativa, rendimento previsível e baixo risco de reversão política. Em vez disso, Portugal tem proporcionado ciclos sucessivos de desregulação e re-regulação que inviabilizam qualquer modelo assente em horizontes duradouros. Propomos, assim, um contrato-programa entre o Estado, a CCDR-N e o investidor, que garanta estabilidade fiscal e regulatória durante o prazo contratualizado em troca de um teto de renda acordado e de critérios de acesso prioritário para a classe média. O terreno público em direito de superfície pode, se disponibilizado, reduzir os custos de entrada e tornar o modelo mais apetecível. O distrito do Porto reúne condições específicas para atrair este investimento, e a Federação

compromete-se a defender, junto da CCDDR-N e da AMP, um prospeto de investimento para o segmento de habitação acessível destinado a capital institucional estrangeiro.

Habitar com dignidade exige também outra forma de planear o território. Durante demasiado tempo, vilas e cidades cresceram por acumulação de projetos, sem garantir que a habitação vinha acompanhada de transporte, escola, saúde, cultura e espaço público. Em Paris, o plano de urbanismo adotado em 2024 estabeleceu uma regra simples mas de grande alcance: qualquer projeto acima de uma escala definida tem de incorporar habitação e, nas zonas de défice, parte dos novos fogos são dedicados à habitação acessível. A escala determina onde se constrói, o equipamento escolar precede o comercial, e o espaço público não é o que sobra depois da decisão mercantil. A Federação defende que os municípios do distrito inscrevam nos seus instrumentos de planeamento critérios de *mix* funcional e que a localização das infraestruturas de transporte influencie as zonas de densificação habitacional. Esta proposta não exige nova legislação nacional, mobilizando instrumentos que os municípios já detêm e raramente utilizam com esta intenção. A par disto, a simplificação coordenada do licenciamento, através de um balcão único intermunicipal para projetos de habitação acessível com prazos máximos definidos, ataca um problema de velocidade, tão penalizador como o do financiamento para quem precisa de habitação.



5.4. *Habitar ao longo da vida: uma política geracional*

Uma política de habitação que não acompanhe as diferentes fases da vida deixará sempre os mais vulneráveis para trás. Apelamos à instituição de uma abordagem geracional que ligue as respostas habitacionais aos momentos em que estas mais determinam o futuro dos cidadãos.

No início da vida adulta, o alojamento estudantil constitui a primeira barreira emancipatória. Com os preços de um quarto no distrito do Porto a atingir valores inoportáveis, a aposta no alojamento estudantil, público e acessível é uma prioridade. Mas entendemos que a ambição nos deve levar ainda mais longe: que as residências estudantis possam acolher os recém-diplomados durante um a dois anos após a conclusão do curso, dando-lhes o impulso de estabilidade que faz verdadeiramente a diferença no arranque de uma carreira e na decisão de ficar ao invés de emigrar.

Num segundo momento, o da constituição de jovens famílias, um salário mediano ou até elevado pode resultar num duplo bloqueio, podendo ser demasiado elevado para aceder à habitação pública, mas insuficiente para o mercado de hoje. Entendemos, por isso, que é necessária uma consignação geracional de uma parte da oferta pública de arrendamento acessível, reconhecendo que a fixação destas famílias no território é uma condição de vitalidade demográfica e económica.

No outro extremo do ciclo de vida, o aumento da esperança média de vida e o consequente envelhecimento da população exige respostas que combinem autonomia e cuidado. As residências partilhadas séniores, com recursos e espaços comuns, acesso facilitado à saúde e medidas que combatam o isolamento, permitem envelhecer com dignidade no território onde se construiu uma vida, sem o desenraizamento que a institucionalização tradicional frequentemente impõe. Estas respostas articulam habitação, saúde e comunidade numa só solução, e são a tradução concreta da ideia de que ninguém deve ser obrigado a sair do seu lugar por falta de uma alternativa adequada à idade que tem.

Cuidar com Proximidade

Quando uma consulta, uma cirurgia ou um tratamento chegam tarde demais, não falha apenas um serviço; falha a confiança do cidadão no Estado. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma das expressões mais concretas da vitória do 25 de Abril. Para os socialistas, a saúde não é mercadoria, é um direito fundamental, uma conquista democrática e a primeira condição de liberdade. O SNS continua a ser o maior instrumento de igualdade e proteção coletiva do país, mas defendê-lo hoje não pode significar apenas invocar a memória da sua fundação. É preciso prepará-lo para uma população mais envelhecida, para o aumento da doença crónica, para as necessidades de saúde mental, para a pressão sobre as urgências e para as desigualdades territoriais que continuam a pesar na vida das pessoas.

O SNS do futuro deve ser público, próximo, preventivo, digital quando útil e humano como sempre. É a partir desta orientação que organizamos as propostas.



5.5. Consolidar o modelo de Unidades Locais de Saúde

A integração entre cuidados de saúde primários, hospitalares, continuados, domiciliários e comunitários numa ULS articulada só faz sentido se melhorar a vida concreta dos utentes e dos profissionais. O modelo é recente em quase todo o distrito, e seria precipitado avaliá-lo antes de ter tido tempo de produzir resultados. A exceção é Matosinhos, pioneira desde 1999, cuja experiência acumulada serve de referência de boas práticas para as unidades recém-criadas.

A prioridade imediata é garantir as condições para que o modelo funcione: autonomia de gestão efetiva e sistemas de informação integrados que não gerem fricção a cada decisão e frustração a cada profissional. A Federação defende uma avaliação pública e independente do desempenho das ULS do distrito quando o modelo tiver maturidade suficiente para ser justamente avaliado, com autonomia reforçada para as unidades que demonstrem responsabilidade e bons resultados, sem esquecer que nem todos os territórios tiveram o mesmo ponto de partida.

Os cuidados de saúde primários têm de estar no centro da avaliação, pois são não apenas a porta de entrada do SNS, mas também o local onde se previne a doença, acompanhando o utente ao longo da vida. É tempo de reforçar as Unidades de Saúde Familiar (USF) e as suas equipas, incluindo medicina geral e familiar, enfermagem, psicologia, nutrição e saúde oral. O investimento nos centros de saúde em construção, requalificação ou ampliação no distrito deve ser concretizado e alargado onde a cobertura continua insuficiente. No Tâmega e Sousa, a igualdade no acesso exige particular atenção, para que a proximidade ao Porto, a grande referência nacional do SNS, não disfarce as dificuldades reais. A plena ativação do Hospital de Amarante, hoje insuficientemente utilizado, e o alargamento do Hospital de Penafiel são reivindicações que a Federação sustenta como inegociáveis junto do Governo.



5.6. Promover a saúde digital ao serviço do SNS

O distrito do Porto está a construir um dos ecossistemas de saúde mais relevantes da Europa sem que tal seja ainda reconhecido como prioridade de política pública. A Sword Health, fundada no Porto, é hoje uma das maiores empresas mundiais de saúde digital. A Knok, a Promptly Health e um conjunto crescente de empresas com perfil equivalente estão a criar massa crítica num setor onde a combinação de capacidade clínica, talento tecnológico e infraestrutura científica do i3S, do INESC TEC, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) não tem paralelo em Portugal.

O problema é que este *cluster* cresce sem política industrial que o ancore e sem articulação sistemática com o SNS, que seria o cliente natural de muitas das soluções que estas empresas desenvolvem. A Sword Health trata problemas músculo-esqueléticos com fisioterapia digital, e as ULS do país registam listas de espera consideráveis exatamente nessa área. A ligação é evidente e ainda não foi formalizada porque falta um modelo de contratação pública que permita ao SNS adotar soluções de empresas locais sem os processos que hoje tornam essa adoção lenta e incerta.

A Federação defende a criação de um programa de parceria entre o *cluster* de saúde digital do Porto e as ULS do distrito, com um modelo de contratação que sirva simultaneamente a saúde pública e a política industrial do distrito. A tecnologia deve servir o SNS, os profissionais e os utentes, libertando tempo clínico, melhorando o acesso e aproximando cuidados, sem substituir a relação humana.



5.7. Defender a Saúde e prevenir a doença

Uma política moderna de saúde não pode limitar-se a hospitais, consultas e urgências. Habitação inadequada, pobreza, solidão, baixa literacia, má alimentação, sedentarismo,

poluição e más condições de trabalho são também problemas de saúde. Se os ignorarmos, o SNS nunca será suficiente. O distrito precisa de uma agenda forte de saúde pública, que coloque a vacinação, a vigilância epidemiológica, a literacia em saúde, a prevenção da doença crónica, a alimentação saudável, a atividade física e a saúde ambiental no centro da ação das ULS, dos municípios, das escolas e das universidades. A saúde deve chegar antes da doença.

A atividade física é um dos instrumentos mais eficazes e mais baratos de promoção da saúde pública, e o distrito tem nos seus municípios bons exemplos a generalizar: programas como o Matosinhos Ativo, o Idade d'Ouro e o Idade Ativa em Gondomar ou o Marco Sénior no Desporto mostram o que é possível fazer na promoção do envelhecimento ativo à escala local. A rede de Desporto Escolar da Área Metropolitana do Porto é uma capacidade instalada que deve ser reforçada e consolidada em todo o distrito, porque os hábitos de saúde formam-se desde cedo.

A saúde mental merece resposta própria. O sofrimento psicológico entre os jovens, a solidão dos idosos, o *burnout* dos profissionais, as dependências, a ansiedade, a depressão e o risco de suicídio não podem continuar a ser tratados como problemas periféricos. A nova Unidade de Saúde Mental do Hospital de Santo Tirso, obra do PS, é um passo nesta direção que importa consolidar e replicar onde a resposta é insuficiente.

Também o envelhecimento deve ser pensado de forma diferente, porque viver mais deveria implicar viver melhor. A prevenção da fragilidade, das quedas, da solidão e da perda de autonomia deve ser assumida como política pública, com rastreio precoce, adaptação da habitação, apoio aos cuidadores, hospitalização domiciliária, cuidados continuados, cuidados paliativos e prescrição social, de modo a permitir envelhecer com dignidade no território onde se construiu uma vida, ao invés de institucionalizações por falta de alternativa que, quando necessária, deve também ela ter resposta pública e acessível, materializando liberdade para os cidadãos e para as suas famílias.

Por fim, a relação entre o SNS, o setor privado e o setor social exige regras claras, e aqui a Federação assume uma posição firme. O setor privado de saúde cresceu de forma significativa no distrito na última década, empregando profissionais que o SNS formou e, em muitos casos, continua a financiar. Isto cria uma assimetria insustentável: o setor público suporta os custos da formação, o setor privado captura os benefícios. A Federação defende a introdução de uma taxa de formação sobre o setor privado de saúde, calculada em função do número de profissionais contratados com formação pública, cujo produto reverte para o financiamento das carreiras no SNS e para bolsas em áreas de escassez crítica. A lógica é simples e inequívoca: ou os prestadores privados assumem a responsabilidade de formar, ou

contribuem para a formação de que beneficiam. A esta exigência acresce outra, a da qualidade: a Entidade Reguladora da Saúde deve dispor de recursos para inspeções regulares com resultados publicados, aplicando os mesmos critérios de transparência e responsabilização a todos os prestadores, públicos e privados.

Cuidar com proximidade é também cuidar de quem cuida. Não há SNS forte sem profissionais valorizados, equipas estáveis, carreiras atrativas e condições de trabalho dignas. A Federação acompanhará todas as negociações com os profissionais de saúde e procurará responder às suas aspirações sem baixar os braços, defendendo uma maior conciliação com a vida pessoal, o ensino na Academia, a investigação científica e farmacológica e a dotação de recursos para estas iniciativas, que só a escala do SNS torna possíveis.

Educar toda a Vida

A educação é uma das promessas mais profundas do Portugal democrático. É pela Escola Pública que qualquer sociedade decente promete a cada criança que a sua origem não determinará o seu destino. Para os socialistas, educar não é apenas a transmissão do passado. É abrir portas, combater desigualdades, formar cidadania e preparar o futuro. A escola é, muitas vezes, o primeiro contacto com a comunidade e, por isso, deve ser o primeiro passo da democracia, lugar de aprendizagem, cultura, saúde, inclusão e participação.

O diagnóstico do distrito é frequentemente reduzido a uma oposição simples entre uma Área Metropolitana qualificada e dinâmica e um Tâmega e Sousa de matriz industrial e menores qualificações da população adulta. É tempo de corrigir esta leitura. O Tâmega e Sousa apresenta hoje, em vários ciclos, taxas de conclusão no tempo esperado entre as mais altas do país e dos maiores progressos no indicador de equidade. O problema não está na qualidade da escola pública local, mas no contexto socioeconómico e na menor procura do ensino superior. Por isso, o distrito não precisa de um sistema diferente, mas de um esforço deliberado de coesão que leve a qualidade da Escola Pública a todos os territórios em igualdade de condições.

Esse esforço de coesão não significa imobilismo nem conformismo com as práticas instaladas. Se queremos uma escola de futuro, devemos estar disponíveis para testar, em rede e de forma avaliada, práticas que noutros sistemas produziram bons resultados, desde a concentração da carga letiva em ciclos mais curtos que liberte os alunos para o enriquecimento curricular até à literacia digital e em inteligência artificial desde cedo, à semelhança de países como a Estónia, passando pela responsabilização dos alunos pela conservação dos seus espaços enquanto prática de cidadania que outros países consagraram, pela formação profissional em contexto empresarial como é prática alemã, ou pelos programas de parentalidade positiva

baseados em evidência científica e articulados com a saúde e a ação social. Uma educação para o século XXI faz-se também com a coragem de experimentar e de aprender.



5.8. Garantir o direito a aprender

A igualdade na educação decide-se, muitas vezes, antes mesmo de uma criança entrar na escola. As respostas dos zero aos três anos merecem por isso atenção especial. Uma família que não encontra creche, apesar dos progressos da Creche Feliz, não enfrenta apenas um problema logístico, enfrenta uma limitação real à sua vida profissional, familiar e económica. As creches são política de igualdade, de conciliação e de combate à pobreza. A Federação defende um plano distrital de criação de vagas em creches e na educação pré-escolar dos três anos, com prioridade aos concelhos com maior pressão de procura, integrando, passo a passo, as creches como ciclo da escola pública e, por isso, com respostas municipais. Do ponto de vista logístico, a quebra demográfica deixou espaços subaproveitados em muitas escolas, e a resposta não é encerrá-los, mas reconvertê-los, criando salas de creche dentro de escolas com espaço disponível e assegurando a continuidade pedagógica dos zero aos seis anos.

Na escolaridade obrigatória, o combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce deve assentar numa lógica de discriminação positiva dos territórios mais frágeis, com metas mensuráveis e reforço dos apoios educativos, das tutorias e das equipas de psicologia. A equidade no acesso a recursos digitais e à oferta cultural e desportiva entre o litoral e o interior é parte desta mesma luta.

A aprendizagem precisa, em primeiro lugar, de meios: psicólogos, terapeutas, técnicos especializados e tempos de resposta que não condenem as famílias à espera. A articulação entre a educação e a saúde é estrutural, e a Federação defende protocolos efetivos entre as equipas das escolas e os serviços de saúde, com profissionalização do recrutamento do pessoal afeto ao apoio a alunos com necessidades específicas.

Também a integração dos alunos migrantes é hoje um desafio da Escola Pública, sobretudo nos concelhos com forte procura de mão de obra, onde há agrupamentos com dezenas de nacionalidades distintas. Uma criança que inicia o seu percurso sem dominar a língua não pode ser deixada à sua sorte. É preciso reforçar o Português como língua não materna, a mediação intercultural e o envolvimento das famílias. A resposta de futuro está na rede de suporte que a comunidade educativa alargada constrói, convocando as associações, as juntas de freguesia e os municípios, integrando todas as crianças e combatendo a xenofobia antes que esta ganhe raízes.

A igualdade no acesso tem ainda uma dimensão geográfica que o distrito não pode ignorar. O ensino artístico especializado, na música, na dança ou no teatro, e os percursos de desporto de alto rendimento concentram-se num número reduzido de equipamentos, quase sempre nos concelhos de maior densidade. Sem respostas de transporte ou de alojamento estudantil adaptadas a estes percursos, o acesso prevalece sobre o talento. A Federação defende que a rede de transporte escolar e as soluções de residência integrem expressamente as necessidades específicas destes alunos.



5.9. Qualificar para o território e ao longo da vida

A opção pelo ensino profissional deve ser afirmada como via de excelência. Durante demasiado tempo, este recurso foi visto como segunda escolha, uma visão injusta e ultrapassada. Num distrito com forte base industrial, tradição produtiva e setores emergentes, o ensino profissional deve ligar talento, realização pessoal, qualificação técnica e mobilidade social. A Federação defende o reforço e o apetrechamento da via profissional em articulação com os setores estratégicos do distrito, do calçado ao mobiliário, do têxtil ao agroalimentar, da tecnologia aos serviços de proximidade, promovendo estágios para a integração em empresas. A valorização social desta via exige atuar em três planos. No plano simbólico, dando-lhe um destaque equivalente ao de outras áreas que os jovens valorizam. No plano da oferta, com orientação vocacional e articulação empresarial que ultrapasse as fronteiras de cada concelho. No plano do estímulo, tornando a opção economicamente atrativa, sem cair no erro de subordinação total da escola ao mercado.

Mas uma aprendizagem ao longo da vida não se esgota no ensino obrigatório. Aliás, exige uma mudança de paradigma que devemos assumir desde já. Os programas de qualificação de adultos das últimas décadas foram essenciais para o seu tempo e responderam a um problema real de um país que partia de níveis de escolaridade muito baixos. Esse trabalho deve continuar, porque o défice de qualificação da população adulta ainda persiste. O Programa Internacional de Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC) de 2023 colocou cerca de quarenta por cento dos adultos portugueses entre os níveis mais baixos de literacia e numeracia, muito acima da média da OCDE. Contudo, seria um erro pensar que os instrumentos do passado respondem a todos os problemas do presente. A transição digital e a inteligência artificial estão a transformar profissões que até há pouco julgávamos seguras e, em breve, haverá engenheiros, advogados e outros profissionais qualificados que se verão deixados para trás se não dominarem ferramentas que há apenas cinco anos não existiam. O Estado não tem de responder a todos com a mesma intensidade, porque as necessidades não são idênticas, mas terá sempre a obrigação de não deixar ninguém para trás. A Federação defende uma agenda de educação e formação de adultos que densifique a rede de Centros

Qualifica, maximize a captação dos fundos europeus disponíveis e incorpore a requalificação digital e em inteligência artificial como uma das suas prioridades centrais.

Por fim, devemos reconhecer o tremendo esforço geracional que tantas famílias portuguesas fizeram para educar os seus filhos, suportando os custos do seu ingresso e frequência com sistemas de ensino e de ação social que nem sempre responderam às suas expectativas. O distrito do Porto encerra em si um dos maiores polos académicos do país, mas essa riqueza está desigualmente distribuída. O Tâmega e Sousa, com mais de quatrocentos e trinta mil habitantes, dispõe de uma única instituição de ensino superior público, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, criada em 1999 precisamente para colmatar um vazio que o território não devia ter conhecido. Uma sub-região desta dimensão merece mais ambição. Defendemos, por isso, o reforço substancial da oferta de ensino superior público no Tâmega e Sousa, em número de cursos, ciclos de estudo e capacidade instalada, como instrumento de fixação de jovens qualificados e de combate à fuga de talento.

Globalmente, é prioritário reforçar o alojamento estudantil público acessível e a ação social, defendendo o ensino superior público verdadeiramente gratuito, em vez de um agravamento envergonhado das propinas.

A ligação da Academia ao desenvolvimento do distrito, a criação de ecossistemas de conhecimento livre, a fixação de talento e a valorização da presença do ensino superior devem ser assumidas como prioridades estratégicas. De outra forma, não nos será possível competir com os nossos pares europeus na criação de laboratórios e instituições de investigação e desenvolvimento científico.



5.10. Descentralizar com justiça, enriquecer o Ensino Superior

A descentralização de competências na educação deve ser encarada com responsabilidade crescente. As autarquias conhecem, melhor do que qualquer técnico num gabinete ministerial, os seus territórios, escolas e famílias. Mas a descentralização só é justa se for acompanhada de recursos, capacidade técnica e financiamento adequado, correndo o risco de aprofundar assimetrias se for encarada como uma mera transferência de encargos. Defendemos a exigência de financiamento adequado às competências transferidas, a concretização da delegação de competências nas próprias escolas com autonomia e responsabilização e a criação de mecanismos intermunicipais, à escala da Área Metropolitana e da CIM do Tâmega e Sousa, para a partilha de recursos, bolsas de substituição de pessoal e técnicos especializados.

Neste quadro, cumpre destacar a situação dos trabalhadores não docentes, que devem ser reconhecidos como parte essencial da comunidade educativa. Assistentes operacionais e

técnicos garantem acolhimento, segurança e estabilidade quotidiana e, sem eles, a escola pública não funciona. No entanto, a transferência destes profissionais para os municípios foi feita, em muitos casos, com carácter meramente administrativo, sem que as autarquias passassem a dispor de uma verdadeira visão de carreira para lá do processamento de salários. A Federação defende que essa visão de carreira seja construída, com conteúdos funcionais específicos, sobretudo no apoio a alunos com necessidades especiais.

A coerência exige, por fim, denunciar o que o Governo vai fazendo em sentido contrário à política de descentralização. A extinção das direções de serviços regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) é um retrocesso centralista disfarçado de modernização administrativa. Não se trata de defender a estrutura que desaparece pela sua forma atual, mas de recusar que o desmantelamento da capacidade regional seja feito sem transparência sobre o destino dos profissionais e sem reforço efetivo da administração desconcentrada. Levar decisões para mais longe das escolas é o oposto da proximidade que defendemos. Quando a coordenação regional da educação se fizer através das estruturas desconcentradas do Estado no território, como as CCDR, terá o apoio da Federação. Quando se traduzir em centralização, terá a sua oposição.

Criar, Participar e Pertencer

A cultura é um instrumento essencial de coesão do território, que combate as desigualdades existentes e contribui para o desenvolvimento económico e social da região. Num distrito marcado pela riqueza patrimonial, por uma forte tradição associativa e pelo espírito criativo, a cultura representa não apenas memória e identidade, mas também inovação e participação democrática. É um direito e um instrumento de cidadania, de pensamento crítico e de liberdade.



5.11. Descentralizar a cultura e criar uma rede partilhada

Para o PS Porto, uma política cultural moderna assume a descentralização como prioridade. A oferta e a criação culturais não podem ficar concentradas nos grandes centros urbanos litorais, sede da grande maioria dos equipamentos culturais, sendo urgente que todos os concelhos, com particular atenção aos territórios periféricos, tenham acesso à atividade cultural e artística. Defendemos a criação de uma plataforma cultural que integre e partilhe os teatros, cineteatros, bibliotecas, museus e outras instituições do distrito, permitindo adquirir um bilhete único que dê acesso a várias atividades. Para promover novos públicos, defendemos também um passe cultural jovem a nível distrital, com entrada gratuita ou com um valor simbólico para jovens. Esta rede exige articulação entre a CCDR-N, a AMP e a CIM do Tâmega e Sousa.

Os grandes equipamentos culturais sediados na cidade do Porto, como Serralves, a Casa da Música, o Teatro Nacional S. João e o Coliseu do Porto, devem cumprir o serviço público que está implícito no financiamento que recebem do Estado, articulando a sua atividade com outros equipamentos do distrito através de programação itinerante, coproduções locais, residências descentralizadas e articulação dos serviços educativos com os municípios.



5.12. Fixar jovens criadores e indústrias criativas

A Federação considera urgente investir em centros regionais de criação e experimentação artísticas, com residências artísticas e apoios a artistas e estruturas independentes, criando condições para que os jovens talentos possam viver, trabalhar e desenvolver os seus projetos nos diferentes concelhos do distrito. Devem ser criadas formas de incentivo para que artistas, companhias, editoras de música, do audiovisual e das artes performativas se instalem nos diferentes concelhos, através de benefícios fiscais ou do apoio a rendas acessíveis.

O setor do audiovisual e do cinema deve ser fortemente apoiado, num Programa Porto Audiovisual, pelo enorme potencial de desenvolvimento dos territórios. O Norte representa menos de 20% do número de empresas nacionais de audiovisual e cinema, com um volume de negócios que não chega aos 10% do total nacional. É essencial transformar o distrito do Porto num polo nacional e internacional de produção audiovisual, capaz de gerar emprego qualificado, atrair investimento e promover os territórios. Propomos ainda a criação de uma rede distrital de Film Commissions, envolvendo municípios e entidades regionais, com a missão de simplificar licenciamentos, divulgar localizações, apoiar equipas de produção e promover os recursos técnicos e humanos existentes no território.



5.13. Valorizar a memória e apostar no futuro: património

O Partido Socialista defende uma política de património que conjugue preservação, valorização e inovação, reconhecendo que proteger a memória coletiva é também criar oportunidades para o futuro. O património deve ser entendido não apenas como herança a conservar, mas como fator de desenvolvimento cultural, educativo, social e económico. A Federação defende o reforço do investimento nos programas de reabilitação do património histórico do distrito, que teve um salto qualitativo com os fundos europeus e o PRR, mobilizando recursos nacionais e europeus e promovendo parcerias entre a administração central, os municípios, as instituições culturais e as comunidades locais.

Nesta reabilitação tem de ser dada uma importância reforçada ao riquíssimo património arqueológico da região, a do país com mais sítios arqueológicos classificados, muito abandonado e disperso, o que exige uma visão territorializada do financiamento e uma estratégia regional concertada para o acesso aos fundos europeus. Defendemos uma

estratégia de valorização dos castros, vias romanas e sítios arqueológicos do distrito, articulando-os com redes culturais europeias e novos produtos turísticos. Outro destaque deve ser dado a um Programa Distrital de Valorização do Património Industrial e das Memórias do Trabalho, envolvendo antigas fábricas, minas, estaleiros, linhas ferroviárias e comunidades operárias, transformando este legado em polos culturais, educativos e turísticos. É uma área onde o distrito possui uma identidade particularmente forte e diferenciadora. No concelho do Porto, defendemos a criação de um Museu da Resistência e da Liberdade, na antiga sede da PIDE e atual Museu Militar, porque a memória é um património vivo da luta pela democracia e contra todas as formas de esquecimento.

A valorização do património histórico, material e imaterial, deve vir acompanhada da digitalização dos acervos e de formas de acesso mais modernas e atrativas, sobretudo para a população mais jovem. As memórias dos monumentos, dos teatros, dos cinemas, dos edifícios industriais e do património ferroviário devem dialogar com as formas de criação contemporânea nas suas variadas expressões. A memória constrói futuro.



5.14. Apostar no turismo cultural sustentável, de qualidade e descentralizado

O património e a criação artística atraem turismo de qualidade que contribui para o desenvolvimento da região. É urgente continuar a apostar nas rotas de turismo cultural e religioso, descentralizando os fluxos turísticos e acabando com a pressão excessiva sobre a cidade do Porto, valorizando o rico património histórico, religioso, cultural, gastronómico e de tradições populares de todo o distrito. Defendemos a criação de itinerários culturais temáticos à escala distrital, ligando diferentes concelhos através de percursos associados à arqueologia, à romanização, à cultura castreja, à industrialização, às rotas literárias, à arquitetura contemporânea e às tradições populares, incentivando estadias mais prolongadas e uma distribuição mais equilibrada dos visitantes. A aposta na inovação digital, na qualificação dos recursos humanos, na mobilidade sustentável e na acessibilidade universal deverá acompanhar esta estratégia.

Sabemos que existem muitas outras preocupações que exigem a nossa atenção: o apoio a projetos comunitários que aproximem as populações e promovam a inclusão entre gerações; a articulação com todas as escolas, aproximando os jovens da criação cultural, com destaque para as escolas de ensino artístico especializado, cujo trabalho na formação de futuros artistas é de grande qualidade; a estabilidade das estruturas artísticas através de apoios plurianuais transparentes que garantam previsibilidade; a simplificação da burocracia e dos pagamentos aos artistas, combatendo a precariedade; a divulgação eficaz de programas de apoio à criação como o Norte Pontual da CCDR; o reforço do apoio às coletividades, bandas filarmónicas, grupos de teatro amador, associações juvenis e bibliotecas populares que mantêm viva a

identidade das freguesias e combatem o isolamento social; e o apoio à leitura e à comunicação social regional e local.

Num tempo marcado por desigualdades, polarização e isolamento, a cultura cria espaços de encontro, diálogo e participação. Uma sociedade culturalmente ativa é uma sociedade mais livre, mais crítica e mais preparada para enfrentar os desafios que ameaçam as democracias. Como dizia Sophia de Mello Breyner: «a cultura é cara, a incultura é mais cara ainda».

Mobilidade e Infraestruturas

O distrito do Porto não é uma soma de concelhos. A economia que queremos, com *clusters* industriais de maior valor acrescentado, PME ligadas à investigação e exportações com incorporação tecnológica, não cabe dentro de nenhuma fronteira municipal. A habitação acessível que defendemos só faz sentido à escala intermunicipal se as pessoas conseguirem chegar ao trabalho sem depender do automóvel. A rede cultural que propomos não distribui oportunidades se os equipamentos forem inacessíveis a quem vive a vinte quilómetros. A mobilidade não é uma política setorial, é a condição de todas as outras.

Um distrito ligado é, por isso, um pressuposto e não um complemento. Sem conectividade real, a reindustrialização concentra-se nos concelhos já densos e abandona os demais. Sem ferrovia e metro a funcionar como sistema integrado, a política de habitação intermunicipal empurra famílias para concelhos mais acessíveis na renda mas inacessíveis no tempo. Sem mobilidade sustentável e frequente, as propostas de descentralização cultural ficam no papel. O distrito do Porto tem a massa crítica, as instituições e a base económica para se afirmar como a principal porta ferroviária da fachada atlântica europeia. O que faltou, durante demasiado tempo, foi a vontade política de tratar a conectividade como prioridade estruturante e não como promessa eleitoral recorrente.



6.1. (Re)lançar a Ferrovia: a espinha dorsal do território

A ferrovia é o investimento estruturante desta geração. A Federação defende o avanço do projeto da Linha do Vale do Sousa, desde Valongo até Felgueiras, colmatando uma lacuna histórica na ligação ao interior do distrito. A reativação da Linha do Tâmega, ligando a Livração a Amarante e ao interior do distrito, é igualmente uma prioridade: trata-se de um território com necessidades reais de conectividade que não pode continuar a ser tratado como parente pobre. De igual modo, a extensão da Linha de Leixões com transporte de passageiros é prioritária, articulando o maior porto da fachada atlântica com a rede ferroviária regional e com o tecido urbano envolvente.

No plano da alta velocidade, a prioridade imediata é a conclusão do primeiro troço da ligação Porto-Lisboa, que permitirá libertar capacidade na Linha do Norte para mais serviços suburbanos e regionais, um benefício direto para os concelhos da Área Metropolitana que hoje dependem desta linha. Além disso, a ligação Porto-Vigo é inegociável, pois reforçará a integração do noroeste peninsular e a competitividade da região no espaço europeu.

6.2. Consolidar e expandir o Metro do Porto

A rede do Metro do Porto é um dos maiores ativos de mobilidade do distrito e deve continuar a crescer de forma articulada com o desenvolvimento urbano e as necessidades das populações. As prioridades imediatas são a conclusão da Linha Rosa, entre S. Bento e a Casa da Música, e da Linha Rubi, que ligará Santo Ovídio à Casa da Música através de uma nova travessia do Douro. Estas obras estão em curso e devem ser protegidas de atrasos que penalizam diariamente os utilizadores.

Numa segunda fase, as quatro novas linhas do Metro, cujos estudos foram já adjudicados e devem estar concluídas até 2030, representam um salto qualitativo para a rede. A ligação à Trofa, com solução híbrida de metro entre o Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e o Muro e metroBus entre o Muro e Paradela, cumpre uma promessa que remonta ao início do século e pela qual o PS sempre se bateu. A ligação a Gondomar, entre o Estádio do Dragão e Souto, serve os concelhos a nascente do distrito. A nova linha de S. Mamede de Infesta ramifica a rede em Matosinhos, para lá da cobertura que o metro já assegura em Matosinhos Sul. E o reforço no município da Maia, entre Roberto Frias e o Aeroporto, fecha a ligação ao norte da Área Metropolitana.

6.3. Cumprir com o território, melhorar a Rodovia

A aposta na ferrovia e no metro não elimina a necessidade de completar a rede rodoviária estruturante do distrito, em particular nos territórios onde a rodovia continua a ser a única alternativa real de mobilidade. Há investimentos em atraso há demasiados anos que condicionam o desenvolvimento de concelhos inteiros.

A conclusão do IC35 é uma prioridade incontornável. A ligação de Baião à Ponte da Ermida, que garante o acesso deste concelho ao restante distrito, não pode continuar à espera de uma decisão que se adia ciclo após ciclo. São investimentos modestos à escala nacional, mas determinantes para os territórios que servem.

6.4. Estabelecer uma governança comum: reforço, intermodalidade e sustentabilidade

Uma rede de transportes não se esgota no ferro das suas linhas nem no asfalto das suas estradas. A Federação defende uma maior integração da governança dos transportes, que assegure integração tarifária real, evite a duplicação de passes e coordene efetivamente os horários e disponibilidades do metro, do comboio e dos autocarros intermunicipais. Esta integração deve ser um critério de planeamento e não uma aspiração. Não podemos continuar a aceitar que um município tome decisões que impactam toda a região sem considerar os impactos em todo o território, gerando cidadãos de primeira e de segunda. De igual modo, é

urgente o reforço de meios, de vias e de horários que promovam o transporte público como opção primária, ao invés de alternativa, necessidade esta tão válida nos concelhos mais densamente povoados como nos mais remotos, ora pela pressão pendular da utilização nuns, ora pelas necessidades das populações que estão mais isoladas noutros.

Um distrito ligado é um distrito onde o código postal de cada pessoa não determina as suas oportunidades. Onde um jovem de Felgueiras tem acesso ao mercado de trabalho da Área Metropolitana. Onde uma família do Marco não perde horas infindáveis em deslocações impossíveis. Onde o interior do distrito não é penalizado por décadas de subinvestimento em conectividade. Esta é a visão que a Federação Distrital do Porto defende e que os próximos ciclos de investimento devem concretizar.

Um Distrito Sustentável

A sustentabilidade não é uma agenda paralela ao desenvolvimento. É uma condição do desenvolvimento. Um distrito que não garante acesso a energia a preços comportáveis, que não prepara o seu território para os efeitos das alterações climáticas e que não organiza a gestão dos seus recursos à escala adequada está a hipotecar o futuro económico e social das suas populações.

Fazemo-lo com plena consciência de que a transição verde perdeu visibilidade na agenda política internacional, em parte por pressão de interesses instalados, em parte por uma deriva populista que trata a emergência climática como opinião e não como facto científico estabelecido. Para o PS, a transição não é negociável. Não porque seja uma imposição externa, mas porque os custos da inação recaem exatamente sobre as populações que menos defesa terão: as famílias com faturas de energia incomportáveis, os agricultores atingidos pela seca, as comunidades costeiras que viram as tempestades do último ano ceifarem o trabalho de uma vida e os jovens e crianças que pagarão, em última instância, pelas opções que ora forem tomadas.

A Federação Distrital do Porto defende uma agenda de sustentabilidade que seja simultaneamente uma agenda de competitividade, de justiça social e de coesão territorial.



6.5. Acelerar a transição energética como política industrial

O distrito do Porto tem uma economia intensiva em energia. A base industrial que queremos reforçar, da metalomecânica ao têxtil, da agroindústria às energias renováveis, consome energia em volumes que tornam o custo e a segurança do abastecimento uma variável competitiva de primeira ordem. A tudo isto acresce uma transformação que está a acontecer mais depressa do que a política pública consegue acompanhar: a nova economia digital, e em particular a inteligência artificial, que exige infraestrutura de computação intensiva em energia.

Os *data centers* que começam a instalar-se em Portugal não são uma curiosidade tecnológica, são grandes consumidores industriais de eletricidade e a sua localização dependerá crescentemente da disponibilidade e do custo da energia renovável.

Este contexto transforma a transição energética numa questão de soberania económica. Um território que produza energia renovável em quantidade suficiente para abastecer a sua própria indústria está numa posição radicalmente diferente de outro dependente de energia importada, sujeita a choques de preço. A Federação defende que o próximo quadro comunitário seja utilizado para posicionar o distrito do Porto como polo de produção de energia renovável, articulando o potencial eólico do interior, o potencial solar da região e a capacidade de investigação das suas universidades e centros tecnológicos. Esta agenda deve ser integrada com a política industrial defendida no capítulo da economia.



6.6. Construir com eficiência e combater a pobreza energética

A transição energética só é justa se chegar a quem mais precisa. A pobreza energética, a incapacidade de manter uma habitação aquecida no Inverno e arrefecida no Verão a um custo comportável, afeta um número significativo de famílias do distrito, em particular nos concelhos do interior e nas periferias urbanas. É um problema de saúde pública, de dignidade e de exclusão social que não pode ser tratado como efeito colateral inevitável da transição.

O instrumento mais eficaz para responder simultaneamente à pobreza energética e à descarbonização do parque edificado são as Comunidades de Energia Renovável, as quais permitem que famílias sem capacidade de instalar painéis solares nas suas habitações de forma isolada possam beneficiar da produção coletiva, reduzindo a fatura energética e integrando-as na transição em vez de as deixar de fora. A Federação defende que os municípios do distrito liderem a constituição de Comunidades de Energia Renovável nas suas freguesias, com prioridade para os agregados em situação de vulnerabilidade energética.

A nova construção pública e privada deve integrar critérios de eficiência energética obrigatórios, numa linha de continuidade com o que o PRR já exigia e que não deve ser abandonada com o fim do programa. Os edifícios públicos municipais, das escolas às instalações desportivas, representam um parque edificado de dimensão significativa e devem ser objeto de um programa distrital de reabilitação energética com metas, calendário e financiamento identificado. Reduzir a fatura energética dos municípios é também libertar recursos para outras políticas.



6.7. Promover a resiliência territorial e a economia circular

O distrito do Porto é um território vulnerável às alterações climáticas de formas concretas e diferenciadas. As cheias, cada vez mais recorrentes, afetam populações, infraestruturas e

atividade económica com uma regularidade que deixou de poder ser tratada como exceção. Os incêndios florestais ameaçam vidas, destroem capital e fragilizam comunidades já sob pressão demográfica. As ilhas de calor urbano no litoral metropolitano constituem um risco crescente de saúde pública, em particular para as populações mais idosas. A erosão costeira avança sobre o litoral do distrito com consequências que as tempestades tornam visíveis para toda a opinião pública, e que exigem resposta estruturada e não apenas reativa.

A adaptação a estes riscos não pode ser gerida isoladamente por cada município. Exige uma estratégia distrital de resiliência territorial que articule os Planos Diretores Municipais, o ordenamento florestal, a gestão das bacias hidrográficas e os planos de emergência, com a CCDR-N a exercer um papel de coordenação efetiva. A Federação defende que esta estratégia seja desenvolvida em articulação com as universidades e centros de investigação do distrito, que têm competências relevantes em engenharia do território, ciências do ambiente e gestão do risco.

A economia circular deve ser tratada como política industrial e não apenas como política ambiental. A gestão partilhada de resíduos à escala intermunicipal permite economias de escala, maior valorização dos materiais e menor dependência de aterros. A gestão dos recursos hídricos no interior do distrito exige planeamento de longo prazo que nenhum município consegue fazer sozinho. A valorização da floresta, combinando produção sustentável, prevenção de incêndios e sequestro de carbono, é uma oportunidade económica real para os concelhos do Tâmega e Sousa que uma política florestal séria pode concretizar.

Um distrito sustentável não é um distrito que abre mão do crescimento em nome do ambiente. É um distrito que percebeu que sem ambiente não há crescimento duradouro, e que age em conformidade.

Um partido político não se renova por declaração de intenções. Renova-se quando muda as práticas, quando abre as portas, quando forma líderes e quando garante que a sua organização interna está à altura das exigências que coloca ao Estado e às instituições. O PS no distrito do Porto tem uma história de que se pode orgulhar, com décadas de governação local, gerações de dirigentes com experiência e estruturas que resistiram a ciclos adversos. Porém, o orgulho na história não pode tornar-se em imobilismo presente. Um partido que não se renove perde a capacidade de surpreender, de atrair e, no limite, de vencer. Nenhuma organização que se leve a sério se deixará guiar pela espuma dos dias ou pelas sondagens, mas tal não significa ignorar os avisos do nosso tempo. Este é um Tempo de Coragem, de fechar o que nos afasta dos mais jovens sem prescindir dos mais velhos, de abrir à sociedade sem isolar quem nunca desistiu.

A Federação Distrital do Porto tem na Juventude Socialista, nas Mulheres Socialistas, nas suas secções setoriais e em todas as estruturas territoriais pilares estruturantes da sua identidade e da sua ação. Não são valências complementares, são parte central do que o PS é, foi e quer ser. A renovação que defendemos começa por reconhecer este facto e por o traduzir em estruturas, recursos e poder de decisão real.



7.1. Formar com memória

Um partido com ambição de poder é um partido que investe na qualidade política dos seus quadros. A formação não pode ser residual nem dependente de iniciativas avulsas. A Federação deve desenvolver um programa estruturado de formação política para militantes e lideranças intermédias, que combine teoria política, história, políticas públicas concretas e competências de organização e mobilização. Este programa deve contemplar uma dimensão internacional, com conferências abertas a partidos congéneres do Partido Socialista Europeu (PES) e intercâmbio regular de boas práticas com organizações socialistas e sociais-democratas europeias que enfrentam desafios semelhantes. Ao longo de mais de uma década, os socialistas contemplaram a crescente organização internacional da extrema-direita sem uma reação robusta. Essa mudança começa hoje mesmo.

Numa projeção para o futuro, a memória é também um recurso político. A Federação deve avançar para a criação de um arquivo e biblioteca do PS Porto que preserve e torne acessível a história do partido no distrito, que aproxime essa história dos militantes e da comunidade e que garanta a preservação do investimento que quer fazer na formação de hoje e de sempre.



7.2. Articular o Partido para a coerência de políticas públicas

Uma das fragilidades recorrentes dos partidos de governo é a desarticulação entre as diferentes escalas de atuação. O que se defende numa moção de estratégia deve refletir-se nas posições parlamentares, nas opções autárquicas e nas intervenções públicas dos eleitos. Esta coerência exige mecanismos deliberados de concertação. A Federação deve instituir um modelo de articulação regular entre os deputados eleitos pelo círculo do Porto nas comissões parlamentares relevantes, a direção da Federação e a Juventude Socialista, garantindo que as posições do PS Porto no parlamento e nos municípios são informadas por uma visão estratégica comum e não apenas pelas dinâmicas internas de cada órgão.

Esta articulação é também uma forma de valorizar os eleitos como recurso coletivo da Federação e não apenas como representantes individuais de um círculo eleitoral.



7.3. Abrir as portas do PS

Um partido que defende uma sociedade inclusiva tem de ser ele próprio inclusivo. A paridade nas listas e nos órgãos internos será uma condição de legitimidade e de qualidade da decisão política. O PS deve caminhar para estruturas que reflitam a diversidade do território, equilibrando os muitos setores que o defendem dia após dia.

De igual modo, a abertura a não militantes merece maior atenção. Os melhores contributos para a política pública não virão sempre de dentro do partido. A Federação deve desenvolver mecanismos regulares de consulta e participação de cidadãos, especialistas e organizações da sociedade civil que permitam enriquecer as posições do partido sem diluir a sua identidade política, com um foco particular nas gerações mais jovens. Ademais, a integração dos jovens nas estruturas de consulta, com ligação efetiva entre os eleitos do PS, os ciclos de ensino e o tecido associativo jovem do distrito, é condição para que a renovação saia do papel.



7.4. Comunicar como competência estratégica

O PS não pode, no Porto ou no país, continuar a ver a comunicação política como uma mera função de apoio, pois esta é uma competência central de qualquer organização com ambição de influenciar o debate público. Ao longo de décadas, os partidos da esquerda democrática viram a comunicação como consequência natural de boas políticas, como se a qualidade das propostas fosse suficiente para garantir a sua receção. Já não é. A disputa pelo enquadramento, pela definição da agenda e pela construção de narrativa é uma disputa política em si mesma, e abdicar dela é ceder terreno *a priori*.

A Federação deve dotar-se de uma função de comunicação com mandato claro, distinta da comunicação dos eleitos locais e com capacidade de produzir mensagem própria. O PS deve ter competência para responder com rapidez e substância aos temas que afetam o distrito, posicionando-se como uma voz ativa na comunidade. A formação em comunicação política

para dirigentes e candidatos, incluindo *media training*, gestão de redes sociais e comunicação de crise, deve integrar o programa de capacitação da Federação.



7.5. Inovar com tecnologia e participação digital

A tecnologia mudou irreversivelmente a forma como os partidos se organizam, comunicam e se mobilizam. A automação de tarefas administrativas, a gestão de dados de militantes e simpatizantes, a produção de conteúdos digitais e a análise do impacto da comunicação são hoje áreas em que a inteligência artificial oferece ferramentas acessíveis e eficazes. O PS Porto deve abraçar esta transformação com pragmatismo, não como fim em si mesmo, mas como forma de libertar recursos para o trabalho político que só as pessoas podem fazer.

Posto isto, o PS deve igualmente abraçar a possibilidade de cada militante ou simpatizante poder ser um contribuinte em esferas que transcendem a militância de secção de residência ou de concelhia. Para isso, cumpre ao PS desenvolver ou adquirir plataformas adequadas ao efeito. A Federação deverá, pois, pressionar a estrutura nacional do PS para desenvolver e disponibilizar recursos que permitam aos militantes acompanhar, debater e contribuir para enriquecer as posições do partido entre congressos e entre eleições. A democracia interna não pode depender exclusivamente de reuniões de dirigentes e de ciclos formais de consulta. Hoje, requer instrumentos que acompanhem o ritmo e os hábitos das pessoas que hoje militam e das que poderiam vir a militar.

Estes meios devem também permitir à Federação conhecer melhor a sua própria organização. O PS deve saber quantos dos seus militantes são professores, bancários, profissionais de saúde, estudantes ou trabalhadores da indústria. Este desconhecimento tem custos políticos concretos: impede o reforço das setoriais com quem tem experiência direta, limita a construção de posições informadas por quem vive os problemas por dentro, inibe a articulação com os próprios sindicatos e desperdiça um capital de competência que existe na organização mas permanece invisível. Uma base de dados atualizada e um recenseamento profundo são instrumentos fundamentais ao serviço da política.



7.6. Preparar os programas e estruturas do futuro

A distância entre o que um partido defende num documento estratégico e o que os seus eleitos praticam no dia a dia pode rapidamente tornar-se uma fonte de capital político ou, pelo contrário, de descrédito. A Federação deve instituir um modelo de trabalho que garanta coerência entre a visão desta moção e as posições dos seus eleitos. Esta articulação não pode depender apenas da boa vontade de cada um e de cada uma, carecendo de um mecanismo regular, com agenda e periodicidade definidas, capaz de produzir posições comuns sobre os temas que mais diretamente afetam o distrito.

A Juventude Socialista e as Mulheres Socialistas devem ser parte ativa deste processo, representando uma forma de pensar o presente e o futuro que o partido precisa de incorporar nas suas posições e listas.



7.7. Ambicionar mais e planejar os próximos ciclos eleitorais

A preparação dos próximos ciclos legislativo e autárquico começa agora. Esta moção não é apenas um documento de intenções. É o quadro programático a partir do qual o PS no distrito do Porto deve construir a sua agenda, negociar prioridades orçamentais e definir as propostas com que se apresentará aos eleitores. Os capítulos anteriores contêm propostas concretas em matéria de economia, território, democracia, habitação, saúde, educação, cultura, mobilidade e sustentabilidade. Cabe à Federação garantir que essas propostas se traduzem em iniciativas legislativas, pressão sobre o Governo e compromissos autárquicos verificáveis. Nesse sentido, a realização das Convenções Autárquicas e Jornadas Parlamentares Distritais, deve ser assumida como momento central de mobilização e de afirmação pública da agenda do PS para o próximo ciclo, não como uma formalidade estatutária a cumprir, mas como oportunidade política de apresentar a visão do distrito perante militantes, simpatizantes e cidadãos.



7.8. Afirmar o país a partir do território

O PS no distrito do Porto é a maior federação distrital do país. Esta dimensão implica responsabilidades que vão além da gestão interna. Recai sobre nós uma obrigação de liderança no debate nacional, de influência na agenda do PS e de capacidade de exportar para o país as soluções que o distrito desenvolve. A Federação deve afirmar-se como referência não por competição com outras estruturas, mas pela qualidade do trabalho que produz e pela coerência entre o que diz e o que faz.

Um partido que se renova, que comunica com o seu tempo e que prepara com seriedade o futuro não está apenas a gerir a sua própria sobrevivência. Está a cumprir uma responsabilidade democrática perante os cidadãos que representa e perante o país que quer ajudar a construir. É esse o sentido desta candidatura. É esse o tempo de coragem que defendemos.